

Mem. 21/CFAMGE/2022

Em 21 de outubro de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Wanderley Ávila

Assunto: Dívida Consolidada Líquida e Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos Independentes do Estado no 2º quadrimestre de 2022.

Senhor Conselheiro Relator,

Nos termos do inciso VIII do art. 35 da Resolução Delegada nº 01/2021 do TCEMG, compete a esta Coordenadoria aferir o cumprimento, pela Administração Estadual, dos limites e vedações impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como dar ciência, ao Relator das Contas de Governo, das conclusões técnicas quanto à necessidade de emissão dos alertas de que trata a LRF.

1. DIVERGÊNCIAS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida - RCL é calculada de acordo com as diretrizes contidas no art. 2º, IV, da LRF, bem como no § 16 do art. 166 e no § 1º do art. 166-A da Constituição Federal. Seguindo a legislação de regência, tem-se uma RCL que serve de base de cálculo para a despesa total com pessoal (na qual se deduzem as receitas decorrentes das emendas parlamentares impositivas federais individuais e de bancada), uma outra que serve de base para o endividamento (em que são deduzidos apenas os valores provenientes das emendas parlamentares impositivas federais de bancada) e, finalmente, uma terceira, na qual não ocorrem quaisquer dessas deduções e que serve de base de cálculo para os demais limites (garantias, montante da reserva de contingência, contratação de parcerias público-privadas, precatórios, previsão e execução das emendas parlamentares, entre outros).

Baseada nesses dispositivos constitucionais e na LRF, a Cfamge analisou o Demonstrativo da RCL referente ao 2º quadrimestre de 2022, publicado pelo Poder Executivo Estadual, e detectou que o valor das deduções de emendas parlamentares individuais e de bancada estão dissonantes, apresentando uma divergência recorrente, já de conhecimento do Estado, visto que vem sendo apontada por esta Coordenadoria desde o exercício de 2020, conforme planilha a seguir.

Exercício de 2021 (setembro a dezembro) e de 2022 (janeiro a agosto)			R\$
Especificação	Valor Apurado pela Cfange (A)	Valor Divulgado pelo Estado (B)	Diferença (C = A - B)
Receita Corrente (I)	128.799.433.042	128.799.433.042	-
(-) Deduções (II)	39.750.469.369	39.750.469.369	-
RCL (III) = (I - II)	89.048.963.673	89.048.963.673	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	64.892.240	20.325.208	44.567.032
RCL ajustada para cálculos dos limites de endividamento (V) = (III -	88.984.071.433	89.028.638.465	(44.567.032)
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	20.037.576	-	20.037.576
RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal (VII)	88.964.033.857	89.028.638.465	(64.604.608)

Fonte: Armazém de Informações - Siafi; Secretaria do Tesouro Nacional (<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas-parlamentares>).

Esta Coordenadoria, ao cruzar as informações publicadas pelo Estado com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, identificou que a União efetivamente transferiu para o Estado de Minas Gerais R\$ 64.892.240 (sessenta e quatro milhões oitocentos e noventa e dois mil duzentos e quarenta reais), referentes a emendas parlamentares impositivas individuais, e R\$ 20.037.576 (vinte milhões trinta e sete mil quinhentos e setenta e seis reais) a título de emendas parlamentares de bancada.

Diante disso, para os fins do presente Memorando, adotar-se-á a RCL ajustada segundo a apuração feita pela Cfange, sendo R\$ 88.984.071.433 (oitenta e oito bilhões novecentos e oitenta e quatro milhões setenta e um mil quatrocentos e trinta e três reais) para fins de endividamento e R\$ 88.964.033.857 (oitenta e oito bilhões novecentos e sessenta e quatro milhões trinta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais) para despesas com pessoal.

2. APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo os valores da Despesa Total com Pessoal e os percentuais **informados** pelos Poderes e Órgãos nos seus respectivos Relatórios de Gestão Fiscal:

Exercícios de 2021 (setembro a dezembro) e de 2022 (janeiro a agosto)				R\$	
Poder/Órgão	Limite Máximo (%)	Limite Prudencial (%)	Limite de Alerta (%)	Despesas Realizadas /RCL (*)	
				Port. STN 924/21 c/c	
				INTCEMG 1/18	
				Valor	(%)
Executivo	49,0000	46,5500	44,1000	43.503.340.635	48,8999
Legislativo	3,0000	2,8500	2,7000	1.814.350.212	2,0394
Assembleia Legislativa	2,0000	1,9000	1,8000	1.208.939.566	1,3589
Tribunal de Contas	1,0000	0,9500	0,9000	605.410.646	0,6805
Judiciário	6,0000	5,7000	5,4000	4.358.040.081	4,8987
Tribunal de Justiça	5,9100	5,6145	5,3190	4.313.307.475	4,8484
Tribunal de Justiça Militar	0,0900	0,0855	0,0810	44.732.606	0,0503
Ministério Público	2,0000	1,9000	1,8000	1.379.293.998	1,5504
Consolidado	60,0000	57,0000	54,0000	51.055.024.926	57,3884

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos independentes (2º Quadrimestre/2022).

(*) RCL = R\$ 88.964.033.857 (valor ajustado).

Como se observa na tabela acima, os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual publicaram seus Demonstrativos da Despesa com Pessoal nos termos da Portaria STN nº 924/21, válida para o exercício financeiro de 2022, c/c a INTCEMG nº 1/18. A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo perfaz o montante de R\$ 43.503.340.635 (48,89% da RCL), **tendo sido apurada extrapolação dos limites prudencial (46,55%) e de alerta (44,10%) de, respectivamente, 2,34 e 4,79 pontos percentuais.**

É importante destacar que, em razão dessa apuração, são aplicáveis as restrições estabelecidas no art. 22 da LRF. Dessa forma, o Poder ou Órgão que exceder o limite prudencial – como é o caso do Poder Executivo – deve observar as vedações previstas nesse dispositivo legal, até o retorno ao referido limite.

3. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

O inciso III do § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina a emissão de alerta, por parte dos Tribunais de Contas, aos Poderes ou Órgãos Independentes referidos no art. 20 da lei, quando for constatado que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia encontram-se acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites. Segundo o inciso I do art. 3º da Resolução 40/01 do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida – DCL, no caso dos Estados, não poderá exceder duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida – RCL.

No 2º quadrimestre de 2022, a Dívida Consolidada Líquida – DCL do Estado atingiu o montante de R\$ 133.268.560.923, enquanto a RCL ajustada para o cálculo dos limites de endividamento totalizou R\$ 88.984.071.433, apresentando uma relação DCL/RCL de 149,77%. Portanto, o Estado não ultrapassou o limite de alerta (180% da RCL) previsto no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, com base na LRF, na Portaria nº 924/21 da STN e na Instrução Normativa nº 01/18 deste Tribunal, a Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado de Minas Gerais conclui que, no 2º quadrimestre de 2022, o Poder Executivo ultrapassou os limites prudencial e de alerta no que tange à Despesa Total com Pessoal, tendo seus gastos atingido 48,89% da RCL.

Em relação à Dívida Consolidada Líquida, o percentual verificado, 149,77% da RCL, não ultrapassou o limite de alerta disposto no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

Esta Coordenadoria entende ser possível a emissão de alerta, em atenção ao determinado no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF.

Respeitosamente,

ANA CAROLINA DE
MACEDO E MARQUES
LANNA:08900642618

Assinado de forma digital
por ANA CAROLINA DE
MACEDO E MARQUES
LANNA:08900642618
Dados: 2022.10.25 14:11:34
-03'00'

Ana Carolina de Macedo e Marques Lanna
Coordenadora da Cfamge

PAULO HENRIQUE BESE
LOBATO:06368630698

Assinado de forma digital por
PAULO HENRIQUE BESE
LOBATO:06368630698
Dados: 2022.10.25 14:16:31 -03'00'

Paulo Henrique Bese Lobato
Diretor da Diretoria de Controle Externo do Estado